

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CONCURSO PÚBLICO

AUDITOR DE CONTROLE INTERNO
FINANÇAS E CONTROLE

TIPO

C

101

Provas Objetiva e Discursiva

INSTRUÇÕES

- Verifique atentamente se o tipo do caderno – TIPO C –, coincide com o que está registrado em sua folha de resposta. Em seguida, verifique se ele corresponde ao cargo a que você concorre e se ele contém 80 (oitenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta para cada uma, correspondentes à prova objetiva, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente alguma divergência quanto ao tipo e(ou) ao cargo a que você concorre, solicite ao chefe de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- No momento da identificação, verifique, na folha de respostas, se as informações relativas a você estão corretas. Caso haja algum dado a ser retificado, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções na folha de respostas.
- Você dispõe de 5 (cinco) horas para fazer a prova objetiva e a prova discursiva. Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à entrega do material, à identificação — que será feita no decorrer das provas —, e ao preenchimento da folha de respostas e da folha de texto definitivo.
- Você deve deixar sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada com material transparente.
- É proibido fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou) em qualquer outro meio, que não os permitidos.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início das provas, você poderá entregar sua folha de respostas e sua folha de texto definitivo e retirar-se da sala.
- Você só poderá levar este caderno após 3 (três) horas e 45 (quarenta e cinco) minutos do início das provas.
- Ao terminar as provas, chame o chefe de sala, devolva-lhe sua folha de respostas, devidamente assinada, e sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

PROVA APLICADA

CONHECIMENTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões de 1 a 3.

Eleitor

1 Por esta época, mas há já bastante tempo, numa cidade perdida no sertão maranhense, Severino, um homem que ganha a vida plantando algodão e cebola
4 branca, está na varanda da casa de um dos dois donos de seu município. Os dois donos – desnecessário dizer – são inimigos e Severino tem que ficar com um deles. Ficou com
7 esse que agora, entre superior e brincalhão, pergunta-lhe:

– Está pronto para votar no dia 3?

– Disposto estou, coronel, pronto... (baixa os olhos
10 para o chapéu velho de palha de carnaúba que segura entre os joelhos) pronto, a bem dizer, não estou não.

– Não tem problema. Na véspera vai um caminhão
13 buscar você e o pessoal do Buriti.

– Mas não tenho chapéu, coronel. O chapéu que
tenho é este aqui, de trabalho, velho como o senhor vê.

16 – Que chapéu, homem! Não é preciso chapéu pra votar. É preciso o título. Já tem o título?

– Já.

19 – E então!

– Então é que sem chapéu novo eu não voto não,
coronel. E depois não tenho beca nem sapato.

22 – Está bem. Antes de sair mando buscar no armazém um chapéu pra você.

– E a beca, coronel? O pessoal do governo vai votar
25 todo mundo de beca nova. O Joca Bonfim vai votar com o Dr. Teotônio. Eu disse pra ele que o senhor também tinha fortuna, que...

28 – Aquele Teotônio é um canalha! Gasta o dinheiro do Estado! Não tenho meios de vestir todos vocês, que diabo! Todo mundo vem aqui com essa conversa. Então
31 votem no Teotônio, que dá roupa e chapéu!

– Coronel, estamos com o senhor. Mas como é que
vou trazer a mulher e as crianças pra cá? Ninguém tem
34 roupa, anda tudo de trapo. O senhor sabe, mulher é tudo bicho vaidoso...

O coronel entrega os pontos, o caboclo sai para
37 receber no armazém (do coronel) o chapéu, a fazenda, os sapatos.

– A que ponto chegou a corrupção! – exclama ele à
40 mulher, que borda na poltrona em frente.

Ela nem sequer ergue a vista. Sabe de tudo.

Ferreira Gullar. **A estranha vida banal.**
Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

QUESTÃO 1 _____

No que concerne aos aspectos linguísticos do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Dados os sentidos do texto, o emprego da vírgula logo após “no Teotônio” (linha 31) é obrigatório.
- (B) A preposição “para” está associada, em todas as ocorrências no texto, à ideia de direção.
- (C) O termo “de carnaúba” (linha 10) qualifica o termo “chapéu” (linha 10).
- (D) O termo “no dia 3” (linha 8) e o termo “no Teotônio” (linha 31) exercem, nas orações em que ocorrem, a função de complemento do verbo **votar**.
- (E) O sujeito da forma verbal “tem” (linha 12), que está elíptico, refere-se a “você” (linha 13).

QUESTÃO 2 _____

Infere-se das ideias expressas no texto que

- (A) o Joca Bonfim vai fazer companhia ao Dr. Teotônio no dia da votação.
- (B) há várias mulheres na varanda no momento da conversa entre o coronel e Severino, uma delas bordando.
- (C) o município está localizado em terras de propriedade do coronel e do Dr. Teotônio.
- (D) ele foi escrito em época de eleição.
- (E) o título de eleitor é um documento acurado, exato.

QUESTÃO 3 _____

A respeito dos aspectos linguísticos do primeiro parágrafo do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A inserção de uma vírgula logo após “inimigos” (linha 6) manteria a correção gramatical do texto.
- (B) Dado seu caráter adverbial, o vocábulo “agora” (linha 7) poderia ser empregado, sem prejuízo do sentido do texto, imediatamente após a forma verbal “Ficou” (linha 6) ou imediatamente após “pergunta-lhe” (linha 7).
- (C) A ideia expressa no trecho “mas há já bastante tempo” (linha 1) corresponde à ideia expressa pela seguinte oração: embora houvesse já bastante tempo.
- (D) Após o vocábulo “perdida” (linha 2) subtemde-se a expressão **por alguém**.
- (E) O termo “Severino” (linha 2) exerce a função de aposto da oração em que ocorre, o que justifica o fato de ele estar isolado por vírgulas.

Texto para responder às questões de 4 a 7.

1 A expressão controle social congrega várias
conotações atadas a um só significado geral, que não se
desvia do fenômeno da manutenção de padrões
4 comportamentais relacionados a um grupo social. A
semelhança de organismos vivos, a sociedade tende à
autopreservação e repele o descontrole que implique sua
7 desestruturação. Logo, os vários modos de exercício do
controle social se voltam todos para o estabelecimento de
balizas a incontável número de atividades, nem sempre
10 explícitas, que envolvam a sociedade, qualquer que seja
seu grau de organização.

Lavrado de todas as ideias aditivas, o verbo
13 controlar, por sua vez, permanece ligado ao conceito de
domínio. Portanto, controlar é fazer escolhas, estabelecer
regras, obrigar ao seu cumprimento, confrontar o que foi
16 planejado com o que veio de fato a ocorrer. Indicar o
caminho. Dominar. A ideia indissociável é a de
compartilhamento. O controle social pode ser
19 compreendido como exercício da participação.

O controle social no Brasil encontra condições em
face da transparência pública. Essa, por si só, é autêntica
22 prestação de contas. Administração Pública transparente é
Administração Pública prestadora de contas. Tanto mais
efetivo será o controle social quanto mais bem
25 compreendidos forem os atos gerenciais. Prestar contas é
reconhecer direitos, expor-se a críticas, admitir erros e
fazer as correções julgadas necessárias. No Brasil,
28 atualmente, há claros indicativos de que a Administração
Pública se torna cada vez mais transparente.

Em se tratando das facetas do controle social,
31 podem-se delinear, com boa nitidez, três modos para seu
exercício. O controle social pelo Estado; o controle social
pela sociedade civil, solidário com o do Estado; e o controle
34 da sociedade civil sobre o Estado.

O controle social pelo Estado contrasta com o
exercido diretamente pela sociedade. Naquele caso é uma
37 obrigação, e neste, um direito. Ambos são efetivos na
estabilidade do próprio Estado. E, embora a sociedade não
se confunda com o ente estatal, os membros do governo
40 também o são da sociedade que governam. Em avaliação
final, portanto, a sociedade sempre se controla,
inclusivamente por meio de instrumentos estatais. As
43 atividades do controle estatal, no Brasil, regulam-se por
dispositivos constitucionais e distribuem-se em dois
sistemas: os controles interno e externo.

In: Revista da CGU, ano VI, julho/2011. Internet:
<www.cgu.gov.br> (com adaptações).

QUESTÃO 4

Conforme o texto,

- (A) somente recentemente o Brasil criou condições para garantir a transparência na Administração Pública.
- (B) o Estado, sendo composto de membros da sociedade, tem o direito ao exercício do controle social.
- (C) a noção de controle social só pode ser devidamente compreendida se conhecidos os diversos sentidos figurados associados a essa expressão.
- (D) o Estado pode tanto exercer o controle social quanto pode ser o ente controlado.
- (E) a participação exerce um papel secundário na noção de controle, uma vez que as regras que guiam o exercício do controle são criadas pelo Estado.

QUESTÃO 5

Seriam mantidos o sentido original, a correção gramatical e a clareza do texto, caso

- (A) fosse inserida uma vírgula logo após “Ambos” (linha 37), de modo a enfatizar essa expressão.
- (B) fossem suprimidas as vírgulas que isolam a oração “embora a sociedade não se confunda com o ente estatal” (linhas 38 e 39).
- (C) fosse inserida uma vírgula imediatamente depois de “comportamentais” (linha 4).
- (D) os pontos finais empregados logo após “ocorrer” (linha 16) e “caminho” (linha 17) fossem substituídos por vírgula, feitas as devidas alterações de maiúsculas e minúsculas.
- (E) os pontos e vírgulas empregados logo após “pelo Estado” (linha 32) e “do Estado” (linha 33) fossem substituídos por vírgulas.

QUESTÃO 6

Com relação aos aspectos linguísticos do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O complemento da forma verbal “implique” (linha 6) poderia ser corretamente introduzido pela preposição **em**.
- (B) Na linha 34, o termo “da sociedade civil” é o paciente da ação expressa pelo substantivo “controle” (linha 33).
- (C) A conjunção “Logo” (linha 7) tem, na oração em que ocorre, valor temporal.
- (D) O complemento da forma verbal “Lavrado” (linha 12), que está elíptico, refere-se a “o verbo controlar” (linhas 12 e 13).
- (E) A forma verbal “há” (linha 28) poderia ser corretamente substituída por **existe**.

QUESTÃO 7

Assinale a alternativa que apresenta oração cujo sujeito é indeterminado.

- (A) “os membros do governo também o são da sociedade que governam” (linhas 39 e 40)
- (B) “e distribuem-se em dois sistemas: os controles interno e externo” (linhas 45 e 46)
- (C) “quanto mais bem compreendidos forem os atos gerenciais” (linhas 24 e 25)
- (D) “Prestar contas é reconhecer direitos” (linhas 25 e 26)
- (E) “Em se tratando das facetas do controle social” (linha 30)

Texto para responder às questões 8 e 9.

1 Nós, brasileiros, somos um povo em ser, impedidos
de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito, já que
aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela fomos
4 feitos e ainda continuamos nos fazendo. Essa massa de
nativos oriundos da mestiçagem viveu por séculos sem
consciência de si, afundada na *ninguendade*. Assim foi até
7 se definir como uma nova identidade étnico-nacional, a de
brasileiros. Um povo, até hoje, em ser, na busca dura de
seu destino. Olhando-os, ouvindo-os, é fácil perceber que
10 são, de fato, uma nova romanidade, uma romanidade
tardia mas melhor, porque lavada em sangue índio e
sangue negro.

13 Na verdade das coisas, o que somos é a nova
Roma. Uma Roma tardia e tropical. O Brasil é já a maior
das nações neolatinas, pela magnitude populacional, e
16 começa a sê-lo também por sua criatividade artística e
cultural. Precisa agora sê-lo no domínio da tecnologia da
futura civilização, para se fazer uma potência econômica,
19 de progresso autossustentado. Estamos nos construindo
na luta para florescer amanhã como uma nova civilização,
mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma. Melhor, porque
22 incorpora em si mais humanidade. Mais generosa, porque
aberta à convivência com todas as raças e todas as
culturas e porque assentada na mais bela e luminosa
25 província da Terra.

Darcy Ribeiro. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia
de Bolso, 2007 (com adaptações).

QUESTÃO 8

No que se refere ao emprego das formas pronominais no
texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O trecho “de si” (linha 6), que indica posse, poderia ser substituído por **sua**, substituindo-se “sem consciência de si” por **sem sua consciência**.
- (B) A forma pronominal “-lo”, em “sê-lo” (linha 16), refere-se a “o que somos é a nova Roma” (linhas 13 e 14).
- (C) O referente do pronome “aqui” (linha 3) é Brasil.
- (D) O pronome **ela**, em “Nela” (linha 3), retoma “na carne” (linha 2).
- (E) Na linha 4, o pronome “nos” exerce a função de complemento da forma verbal “continuamos”.

QUESTÃO 9

Em relação ao período: “Olhando-os, ouvindo-os, é fácil perceber que são, de fato, uma nova romanidade, uma romanidade tardia mas melhor, porque lavada em sangue índio e sangue negro” (linhas de 9 a 12), assinale a alternativa correta.

- (A) A expressão “de fato” foi empregada, nesse período, como sinônimo de **realmente**.
- (B) O pronome “os”, em “Olhando-os, ouvindo-os”, e o sujeito elíptico da forma verbal “são” possuem o mesmo referente.
- (C) A oração introduzida pela conjunção “que” exerce a função de sujeito da forma verbal “é”.
- (D) Prejudicaria a correção gramatical do período a introdução de uma vírgula imediatamente após o vocábulo “tardia”.
- (E) A oração introduzida pela conjunção “porque” expressa uma ideia de conclusão.

QUESTÃO 10

Nas alternativas, são apresentados trechos de texto adaptado de <www.cgu.gov.br>. Assinale a alternativa que apresenta trecho gramaticalmente correto.

- (A) No âmbito da política, conforme ao determinado dicionário de política o controle social compreende meios de intervenção acionados por sociedades com a finalidade de levar a seus próprios membros se comportarem de acordo com as características dessa sociedade.
- (B) Identifica duas formas de que se valem um determinado sistema para obtenção de convergência de comportamentos: a área dos controles internos e a dos controles internos.
- (C) O primeiro caso é o da aplicação da força, pelo Estado sob múltiplas formas, incluindo sátiras, intrigas interdições, multas, prisões e, até mesmo, penas cruéis (proibido na Constituição Federal).
- (D) O segundo caso é da educação – eufemismo para ideologia. São os meios aplicados, principalmente, na socialização primária, como recursos que não constroem externamente as pessoas, mas as induz o cumprimento de normas.
- (E) Nesse caso, o esperado é que as possíveis transgressões sejam condenadas pela própria pessoa, o que, na realidade, constitui a interiorização dos controles sociais.

Text for questions from 11 through 13.

1 Most organizations have standards of conduct, performance and ethics their employees must keep to. Failure to do so may be reason for dismissal. At an
4 American university, under their Discipline and Dismissal Policy and Procedures, misconduct is defined as “conduct which is subject to disciplinary action”:

7 “[...] 2. Misconduct

a. All employees are expected to maintain standards of conduct suitable and acceptable to the work environment. Disciplinary action, including dismissal, may be imposed for unacceptable conduct.

10

13 b. Examples of unacceptable conduct include, but are not limited to:

1. neglect of duties, loafing or wasting time during working hours;

16 2. smoking anywhere except in designated smoking areas;

19 3. gambling, participating in lotteries or any other games of chance on the premises at any time;

22 4. failure to cooperate with supervisor or coworker, impairment of function of work unit, or disruptive conduct;

25 5. theft, dishonesty or unauthorized use of institutional property including records and confidential information; [...]”

Internet: <www.policies.utexas.edu> (adapted).
Access on May 23, 2014.

QUESTÃO 11 _____

Using the above text as reference, choose the correct alternative.

The word which can replace **may** (line 11) without changing its meaning is

- (A) needs to be.
- (B) must be.
- (C) will be.
- (D) might be.
- (E) has to be.

QUESTÃO 12 _____

The word or phrase whose definition is “the buildings and land that a business or organization uses” is the

- (A) designated area.
- (B) institution.
- (C) premises.
- (D) work environment.
- (E) work unit.

QUESTÃO 13 _____

Disciplinary action may be imposed if an employee

- (A) causes disorder at work.
- (B) uses institutional property.
- (C) is caught smoking anywhere at work.
- (D) goes to a casino.
- (E) assists a coworker.

Text for questions 14 and 15.

Definition of internal audit

1 Frequent or ongoing audit conducted by a firm's own (as opposed to independent) accountants to monitor operating results, verify financial records, evaluate
4 internal controls, assist with increasing efficiency and effectiveness of operations and, to detect fraud. Internal audit can identify control problems, and aims at correcting
7 lapses before they are discovered during an external audit. Although the internal auditors are the firm's employees, they normally do not audit themselves or their own
10 departments, but entrust it usually to independent auditors.

Internet: <www.businessdictionary.com>. Access on May 23, 2014.

QUESTÃO 14 _____

Using the above text as reference, choose the correct alternative.

An internal audit,

- (A) never uses independent auditors.
- (B) is seldom necessary.
- (C) is to be seen as a positive thing for an organization.
- (D) is usually the result of an external audit.
- (E) only aims at verifying financial records.

QUESTÃO 15 _____

Someone whose job is to prepare financial records for a company or person is a(n)

- (A) accountant.
- (B) treasurer.
- (C) analyst.
- (D) actuary.
- (E) auditor.

QUESTÃO 16

O papel do Estado, assim como o da maioria das instituições humanas, vem sofrendo significativas modificações ao longo do tempo. Acerca desse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) O paradigma contemporâneo de administração pública é fundamentado nos princípios da confiança e da descentralização da decisão.
- (B) A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou o fim do modelo burocrático no País.
- (C) O modelo gerencial implica administrar os recursos públicos a partir de uma estrutura administrativa abrangente e hierarquizada.
- (D) No Brasil, o modelo gerencial foi implementado como uma resposta à crise fiscal e ao esgotamento da política de substituição de importações.
- (E) Os limites do Estado brasileiro são estabelecidos pelo aparelho de governo existente nos três Poderes e em todos os entes da Federação.

QUESTÃO 17

Assinale a alternativa que apresenta o órgão público encarregado de aferir o cumprimento das normas estabelecidas no Código de Conduta da Alta Administração Pública.

- (A) Ministério Público
- (B) Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento
- (C) Comissão de ética pública
- (D) Controladoria-Geral da União
- (E) Tribunal de Contas da União

QUESTÃO 18

A regulação da economia é produto de um longo processo histórico e da consolidação dos Estados nacionais. Com relação a esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) A regulação pode ser feita por meio do controle de qualidade e de entrada e saída de bens, mas o controle de preços é vedado.
- (B) No Brasil, as agências reguladoras exercem funções executivas, legislativas e judiciárias.
- (C) O modelo de regulação decorreu da necessidade de aumentar a intervenção do Estado na economia.
- (D) A privatização de empresas estatais é processo distinto e independente das agências reguladoras.
- (E) A independência das agências reguladoras implica a impossibilidade de exoneração de seus diretores.

QUESTÃO 19

Em determinada fase do processo de uma política pública, deve-se desenvolver regras, estruturas de regulação e linhas gerais para a execução das decisões. Considerando essa informação, assinale a alternativa que apresenta a denominação correta da fase em que essas providências são tomadas.

- (A) seleção
- (B) conclusão
- (C) estimativa
- (D) implementação
- (E) avaliação

QUESTÃO 20

Assinale a alternativa que apresenta a correta definição de desenhos mecanísticos de organizações.

- (A) Estrutura com autoridade descentralizada, poucas regras e procedimentos, pouca divisão do trabalho e mais meios pessoais de coordenação.
- (B) Organização com estrutura matricial em que não há subordinação e a supervisão somente pode ser exercida em nível funcional.
- (C) Estrutura organizacional mais adequada ao ambiente, à estratégia, à tecnologia, às pessoas, às atividades e ao tamanho da organização.
- (D) Organização que opera com um mínimo possível de estrutura hierárquica e com cultura que encoraja a participação das pessoas.
- (E) Forma burocrática de organização que opera com uma autoridade centralizada, muitas regras e procedimentos e uma minuciosa divisão do trabalho.

QUESTÃO 21

A respeito dos precatórios e da ordem de seu pagamento, assinale a alternativa correta.

- (A) Os honorários advocatícios não são considerados, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), como verba de natureza alimentar, para fins de pagamento preferencial por precatório.
- (B) A Constituição Federal veda a entrega de créditos em precatórios para compra de imóveis públicos.
- (C) Os débitos de natureza alimentícia serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos devidos pela Fazenda Pública.
- (D) O precatório decorrente de danos materiais em veículo automotor, com fundamento em acidente de trânsito, é preferencial.
- (E) Os entes federados podem, por leis próprias, fixar valores distintos para fins de pagamento, requisição de pequeno valor, segundo as diferentes capacidades econômicas, sendo o mínimo igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social.

QUESTÃO 22

Acerca do crédito e da dívida pública, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedada a realização de operação entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, inclusive suas entidades da Administração Indireta.
- (B) Não é hipótese de intervenção federal no estado membro da federação brasileira a suspensão do pagamento da dívida fundada por mais de dois anos.
- (C) Quanto à forma, os empréstimos podem ser obrigatórios ou patrióticos, quando o Estado indiretamente ou psicologicamente coage o mutuante a conceder o empréstimo, utilizando-se de meios de pressão social.
- (D) A conversão é a alteração feita pelo Estado, após a emissão, de qualquer das condições fixadas para a obtenção do crédito público, objetivando diminuir a carga anual do encargo que ele tem de suportar, em contrapartida à sua subscrição.
- (E) Compete ao respectivo chefe do Poder Executivo autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios.

QUESTÃO 23

A respeito do sistema tributário nacional, assinale a alternativa correta.

- (A) Pertencem aos estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, por suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- (B) É permitida a retenção ou restrição da entrega, pela União, dos recursos relativos à repartição das receitas tributárias dos valores devidos aos estados, para pagamento dos seus créditos, inclusive de suas autarquias federais.
- (C) As contribuições de melhoria podem ser instituídas em decorrência de obras e serviços públicos.
- (D) Os empréstimos compulsórios somente podem ser instituídos pela União, mediante lei complementar, para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
- (E) A concessão de qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), somente poderá ser concedido mediante lei específica estadual, não dependendo de qualquer outra deliberação.

QUESTÃO 24

Acerca da legislação tributária, assinale a alternativa correta.

- (A) O emprego da equidade poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
- (B) As decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa, passam a ter vigência, salvo disposição em contrário, na data da sua publicação.
- (C) A mudança de interpretação da administração tributária, em face de uma lei interpretativa recentemente editada, pode justificar a aplicação de penalidade a fatos submetidos à interpretação anterior.
- (D) Supondo-se que um contribuinte tenha sido multado em face de descumprimento de obrigação tributária acessória, diante da coisa julgada administrativa, a lei nova, que deixa de definir tal ato como infração, não pode retroagir.
- (E) Deve-se interpretar literalmente a legislação tributária que disponha sobre outorga de isenção.

QUESTÃO 25

No que se refere a crédito tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) Suponha-se que houve um lançamento tributário em face de um contribuinte, respaldado em fato que não era de conhecimento da autoridade administrativa. Nesse caso, o referido lançamento não poderá ser revisto ou cancelado pela autoridade administrativa, em face da coisa julgada administrativa.
- (B) Suponha-se que uma determinada lei tenha sido promulgada, com vigência imediata, após a data do fato gerador, mas antes do lançamento tributário, ampliando os poderes de investigação da autoridade administrativa. Nesse caso, essa lei não poderá ser aplicada nesse lançamento tributário.
- (C) Suponha-se que um determinado contribuinte venha a alienar todos os seus bens após regular inscrição em dívida ativa, mas antes da propositura da ação executiva. Nesse caso, essa alienação presume-se fraudulenta.
- (D) A assinatura do contrato de parcelamento é causa extintiva do crédito tributário.
- (E) O protesto extrajudicial é causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 26

Segundo a jurisprudência do STF e os dispositivos constitucionais referentes ao controle externo da Administração Pública exercido pelos tribunais de contas, é correto afirmar que

- (A) é vedada a criação de tribunais, conselhos ou órgãos de contas municipais, salvo se se tratar de município com mais de 1 milhão de habitantes.
- (B) cabe aos procuradores de contas, segundo o STF e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), a execução dos títulos executivos oriundos de decisões proferidas por tribunais de contas.
- (C) é inconstitucional que constituição estadual imponha ao tribunal de contas do estado a obrigação de prestar contas à respectiva assembleia legislativa.
- (D) é de competência da Justiça Federal ação anulatória ordinária que venha a ser proposta contra acórdão do Tribunal de Contas da União.
- (E) o princípio da simetria é aplicável aos tribunais de contas dos estados, embora a Constituição Federal não contenha previsão específica nesse sentido.

QUESTÃO 27

Em sua obra **Aplicabilidade das Normas Constitucionais**, José Afonso da Silva classifica as normas constitucionais, grosso modo, em: normas de eficácia plena e aplicabilidade imediata, normas de eficácia contida e aplicabilidade imediata, normas de eficácia limitada de princípio institutivo e normas de eficácia limitada de princípio programático. Conquanto amplamente utilizada, a proposta taxonômica de José Afonso da Silva foi objeto de inúmeras críticas, entre as quais se destacam, pela solidez e clareza argumentativa, aquelas feitas por Virgílio Afonso da Silva. Com fundamento na tradicional classificação de José Afonso da Silva, é correto afirmar, acerca do inciso III do art. 5.º da Constituição Federal — cuja redação é “[...] ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante” — que

- (A) se afigura norma de eficácia limitada de princípio institutivo.
- (B) se reveste das características de norma de eficácia limitada de princípio programático.
- (C) configura exemplo de norma constitucional de eficácia parcialmente exaurida ou esgotada, pois a tortura foi praticamente abolida no Brasil.
- (D) consiste em norma constitucional de eficácia contida, uma vez que a lei pode trazer hipóteses emergenciais em que a tortura seja admissível.
- (E) se trata de norma de eficácia plena e aplicabilidade imediata.

QUESTÃO 28

Acerca do controle de constitucionalidade dos atos normativos e da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), assinale a alternativa correta.

- (A) Em virtude das peculiaridades federativas do Distrito Federal e do seu papel singular em matéria de competência legislativa, é cabível o ajuizamento, perante o STF, de ADI cujo objeto seja lei ou ato normativo distrital decorrente do exercício de competência legislativa estadual ou municipal.
- (B) No ordenamento jurídico brasileiro, admite-se o controle de convencionalidade ou de supralegalidade, caso em que a compatibilidade das leis com os tratados internacionais sobre direitos humanos será, em regra, aferida de maneira abstrata e concentrada.
- (C) A fim de que ajuízem ADI, os partidos políticos deverão fazer-se representar por advogado. Além disso, enquadram-se na categoria de legitimados universais, motivo pelo qual não se lhes exige a demonstração de pertinência temática.
- (D) Segundo o entendimento do STF, admite-se a chamada inconstitucionalidade superveniente no ordenamento jurídico brasileiro.
- (E) O deferimento de medida cautelar em ADI não poderá deflagrar efeitos repristinatórios tácitos, pois opera, em regra, efeitos *ex nunc*.

QUESTÃO 29

Quanto às disposições constitucionais sobre as Finanças Públicas, assinale a alternativa correta.

- (A) É permitido aos estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida.
- (B) Foi recentemente promulgada a lei complementar que dispõe sobre a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), razão pela qual deixaram de ser aplicáveis as respectivas disposições do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).
- (C) O orçamento da seguridade social, compatibilizado com o Plano Plurianual, terá entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.
- (D) É constitucionalmente dispensável, segundo o STF, a apreciação prévia, por parte de comissão mista do Congresso Nacional, de medida provisória que verse sobre matéria orçamentária.
- (E) Conquanto a iniciativa das leis financeiras seja privativa do presidente da República, essa regra é mitigada pelo fato de os projetos por ele apresentados poderem ser livremente emendados pelos membros do Congresso Nacional.

QUESTÃO 30

No que concerne ao Poder Executivo, é correto afirmar que

- (A) o decreto executor ou regulamentar pode exorbitar dos limites da lei regulamentada.
- (B) há consenso na doutrina no sentido de se admitir a legitimidade do decreto autônomo.
- (C) o presidente da República não pode extinguir cargos públicos por meio de decreto.
- (D) o presidente da República pode dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- (E) o STF entende que o instituto do decreto autônomo é inconstitucional, por violar o princípio da legalidade.

QUESTÃO 31

Um agente público iniciou procedimento licitatório, na modalidade pregão, para a aquisição dos medicamentos para usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), portadores de determinadas doenças.

Considerando esse caso hipotético e a Lei de Licitações, conforme o entendimento do STJ, assinale a alternativa correta.

- (A) A modalidade de licitação que deveria ter sido obrigatoriamente empregada no caso concreto era a concorrência.
- (B) No caso narrado, a licitação era dispensável.
- (C) A modalidade de licitação que deveria obrigatoriamente ter sido empregada no caso concreto era a tomada de preços.
- (D) No caso narrado, a licitação era inexigível.
- (E) No caso em análise, compete ao Poder Judiciário adentrar no mérito administrativo, no juízo de conveniência e oportunidade do agente público em escolher a melhor opção para o interesse público.

QUESTÃO 32

Acerca da Lei de Improbidade, segundo entendimento do STJ, assinale a alternativa correta.

- (A) A forma culposa é admitida no ato de improbidade administrativa relacionado à lesão ao erário e ao enriquecimento ilícito.
- (B) A configuração do ato de improbidade administrativa por lesão aos princípios da Administração Pública exige prejuízo ao erário.
- (C) A ilegalidade e a improbidade são situações ou conceitos intercambiáveis, sendo juridicamente aceitável tomar-se uma pela outra (ou vice-versa).
- (D) Considere que Pedro auferiu vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, importando sua conduta em enriquecimento ilícito. Nesse caso, a conduta de Pedro será punida a título de dolo ou culpa.
- (E) A improbidade é uma ilegalidade qualificada pelo intuito malsão do agente, atuando sob impulsos evadidos de desonestidade, malícia, dolo ou culpa grave.

QUESTÃO 33

A respeito do processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (Lei n.º 9.784/1999), assinale a alternativa correta.

- (A) O Processo Administrativo Disciplinar (PAD) é regido por princípios jurídicos condicionantes de sua validade e sujeita-se a rigorosas exigências legais, nos termos da Lei n.º 9.784/1999, que prevê as hipóteses de impedimento dos servidores que nele atuarão, sem, no entanto, tratar dos casos de suspeição.
- (B) A Lei n.º 9.784/1999 é aplicável, no âmbito estadual, quando inexistente lei local específica que preveja o prazo decadencial para a administração estadual rever seus próprios atos.
- (C) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, não podendo esse prazo ser interrompido ou suspenso.
- (D) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé ou comprovado vício que pode ser presumido.
- (E) A decisão da Administração nos processos administrativos deve ter uma motivação explícita, clara e congruente, não podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas.

QUESTÃO 34

Com relação aos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os atos administrativos são passíveis de revisão judicial segundo o princípio da inafastabilidade. Isso implica, assim, que o Poder Judiciário tenha que intervir, sempre e necessariamente, como condição de validade de todo e qualquer ato administrativo.
- (B) Pela Teoria dos Motivos Determinantes, a validade do ato administrativo discricionário é desvinculada da existência e da veracidade dos motivos apontados como fundamentos para a sua adoção.
- (C) A exequibilidade ou operatividade é a possibilidade presente no ato administrativo de ser posto imediatamente em execução.
- (D) Os atos administrativos, para obterem a presunção de legitimidade, ou seja, a presunção de que nasceram em conformidade com as devidas normas legais, dependem de lei expressa.
- (E) O ato administrativo discricionário não se sujeita à sindicabilidade jurisdicional de sua juridicidade. Assim, constitui invasão no mérito administrativo — que diz com razões de conveniência e oportunidade —, a verificação judicial dos aspectos de legalidade do ato praticado.

QUESTÃO 35

No que se refere ao contrato de concessão de serviço público, segundo entendimento do STJ, assinale a alternativa correta.

- (A) O concessionário trava duas espécies de relações jurídicas, a saber: uma com o Poder concedente, titular, entre outros, do *ius imperii* no atendimento do interesse público, ressalvadas eventuais indenizações legais; outra com os usuários, reguladas, ambas, pelo contrato e supervisionadas pela Agência Reguladora correspondente.
- (B) Em caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, o contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, que pode, de imediato, interromper a prestação dos serviços.
- (C) A relação jurídica existente entre a concessionária e o usuário possui natureza tributária, porquanto o concessionário, por força da Constituição Federal e da legislação aplicável à espécie, ostenta o poder de impor exações.
- (D) Extinto o contrato de concessão por decurso do prazo de vigência, cabe ao Poder Público a retomada imediata da prestação do serviço, até a realização de nova licitação, a fim de assegurar a plena observância do princípio da continuidade do serviço público, estando condicionado o termo final do contrato ao pagamento prévio de eventual indenização.
- (E) Em caso de intervenção na concessão, é necessária lei específica, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.

QUESTÃO 36

As características qualitativas são os atributos que tornam as demonstrações contábeis úteis para os usuários. Com base nessa informação, assinale a alternativa correta.

- (A) A materialidade independe da dimensão do item ou do erro, constituindo-se numa característica qualitativa primária.
- (B) A informação é confiável quando não apresenta riscos de alterações.
- (C) A compreensibilidade pressupõe que informações de maior complexidade e relevância para a tomada de decisões não devem ser incluídas nas demonstrações, pois seriam, apenas, para o atendimento de poucos usuários.
- (D) São consideradas relevantes as informações referentes a itens de elevado valor relativo.
- (E) Informações sobre a situação e o desempenho passados contribuem para projetar os lucros e os dividendos futuros, bem como para a evolução do valor de seus títulos.

QUESTÃO 37

O ceticismo profissional é necessário para a avaliação crítica das evidências de auditoria. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) O auditor deve sempre duvidar de registros e desconfiar de documentos tidos como genuínos.
- (B) A crença de que os responsáveis pela auditada sejam honestos permite evidências menos que persuasivas na obtenção de segurança razoável.
- (C) A manutenção do ceticismo, ao longo dos trabalhos, é necessária para reduzir os riscos de generalização excessiva das conclusões resultantes das observações de auditoria.
- (D) O ceticismo requer vigilância a evidências que estejam em conformidade com outras evidências obtidas.
- (E) O ceticismo inclui a consideração da suficiência e da adequação das evidências obtidas quando não há indícios de risco de fraude.

QUESTÃO 38

Assinale a alternativa que apresenta corretamente o critério de avaliação adotado para o ativo ou para o passivo.

- (A) Imposto de Renda a Pagar, pelo valor projetado até a data do vencimento.
- (B) Empréstimos em moeda estrangeira, pela taxa cambial média do exercício.
- (C) Instrumento financeiro adquirido para negociação, com mercado ativo, em transação normal, pelo valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros.
- (D) Estoques de mercadorias não fungíveis, pelo custo de aquisição ajustado para mais ou para menos, de acordo com o valor de mercado.
- (E) Elementos do ativo em operações de longo prazo, pelo valor presente.

QUESTÃO 39

Na elaboração da demonstração das mutações do patrimônio líquido, constitui variação que não afeta o total do patrimônio

- (A) reversão da reserva patrimonial para Lucros ou Prejuízos Acumulados.
- (B) venda das próprias ações, anteriormente, em tesouraria.
- (C) reversão da Reserva de Lucros a Realizar para Dividendos a Pagar.
- (D) subvenção para Investimento após trânsito pelo resultado.
- (E) ajuste de exercício anterior por mero efeito de mudança de critério contábil.

QUESTÃO 40

Entre as notas explicativas previstas na lei societária, cita-se a referente aos eventos subsequentes. Assinale a alternativa que apresenta exemplo de evento dessa natureza, com efeito relevante.

- (A) entrada de duas novas empresas num mercado já altamente fracionado
- (B) confirmação, pelo governo reeleito, da mesma diretoria do Banco Central
- (C) solução definitiva de processo judicial somente cientificada após a publicação das demonstrações e antes da Assembleia Geral Ordinária (AGO)
- (D) sinistro coberto por seguro, mas que reduzirá as operações da empresa
- (E) troca dos colaboradores da empresa de auditoria independente que vem realizando os trabalhos normais na empresa

QUESTÃO 41

No que diz respeito ao conselho fiscal, é correto afirmar que, nas sociedades por ações,

- (A) se forem companhias abertas, deverão ter um representante dos empregados em sua composição.
- (B) quando houver acionistas preferenciais sem direito a voto e minoritários com pelo menos 10% das ações com direito a voto, os demais acionistas poderão eleger três conselheiros, se todos exercerem seus direitos.
- (C) sua existência é facultativa, dependendo da deliberação da Assembleia Geral.
- (D) os seus membros exercerão seus cargos até a primeira AGO, que se realizará após a sua eleição, e, portanto, não poderão emitir parecer acerca das contas do exercício findo.
- (E) se um membro divergir da decisão da maioria para isentar-se de responsabilidade, deve simplesmente recusar-se a assinar a ata da reunião.

QUESTÃO 42

O controle interno foi consideravelmente ampliado pela Constituição Federal de 1988 e compreende as funções

- (A) sancionatórias, quando aprova as contas dos dirigentes dos órgãos e das entidades públicos.
- (B) de julgamento dos ordenadores de despesas e dos responsáveis por bens e valores públicos.
- (C) de consulta, ao responder às questões suscitadas pelos cidadãos em geral.
- (D) de informação, quando um cidadão quer saber a respeito de uma investigação acerca de um órgão ou de seu dirigente.
- (E) de ouvidor, quando investiga a atuação dos auditores de controle interno.

QUESTÃO 43

A jurisdição do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) alcança os

- (A) membros de conselhos fiscais de estatais indicados pelo Governo do Distrito Federal (GDF) que não tiverem formalizado sua discordância em decisão prejudicial aos interesses da empresa.
- (B) liquidantes de empresa privada em processo falimentar.
- (C) dirigentes de empresas privadas que recebam recursos do Distrito Federal à conta de contratos de prestação de serviços.
- (D) responsáveis por associações que prestem serviços de interesse público ou social com recursos próprios.
- (E) sucessores de responsáveis por valores públicos no que exceder o montante do patrimônio transferido.

QUESTÃO 44

Com base nas normas acerca das tomadas de contas especiais no âmbito do Distrito Federal (DF), assinale a alternativa que apresenta a situação que enseje a sua instauração.

- (A) Descumprimento de cláusula contratual sem prejuízos para o erário.
- (B) Não utilização do total do suprimento de fundos.
- (C) Atraso na aplicação de recursos transferidos pelo DF mediante convênio.
- (D) Paralisação na execução de contrato em virtude de representação do Ministério Público (MP).
- (E) Realização de obra pela opção mais dispendiosa, com vistas à sua conclusão antes do prazo previsto.

QUESTÃO 45

Com relação aos sistemas de controle interno e externo do DF, é correto afirmar que

- (A) é vedada a transferência de receita pública para entidades de direito privado.
- (B) a Secretaria de Estado de Transparência e Controle e o TCDF têm funções específicas, quais sejam a de comprovação da legalidade e a de avaliação da eficiência e da eficácia, respectivamente.
- (C) as contas públicas do DF devem ficar permanentemente à disposição de qualquer interessado, o que constitui obrigação dos Poderes e do TCDF.
- (D) o sistema de controle interno no âmbito do DF deve ser mantido de forma integrada pelo GDF, pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) e pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).
- (E) a avaliação da relação custo/benefício das renúncias fiscais é de competência do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

QUESTÃO 46

A respeito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo (SICON), assinale a alternativa correta.

- (A) É competência do subsistema de planejamento a elaboração do anteprojeto da LDO.
- (B) Cabe ao subsistema de contabilidade efetuar o registro e exercer o controle das operações patrimoniais.
- (C) Sujeitam-se à jurisdição do SICON os contribuintes do DF em geral, independentemente de suas relações com o GDF.
- (D) O SICON é composto essencialmente por vários subsistemas cujos órgãos centrais integram a estrutura da Secretaria de Estado de Fazenda.
- (E) As unidades dos órgãos e das entidades responsáveis pelas atividades correspondentes a cada subsistema subordinam-se hierarquicamente aos respectivos órgãos centrais.

QUESTÃO 47

No que se refere às relações entre o TCDF e o controle interno do DF, assinale a alternativa correta.

- (A) Os responsáveis pelo controle interno, ao comunicarem ao TCDF ilegalidade que tenha chegado ao seu conhecimento, deverão indicar as providências adotadas preventivamente a eventuais novas ocorrências.
- (B) Os órgãos de controle interno, verificando desvio de receita pública, deverão instaurar imediatamente tomada de contas especial.
- (C) Durante inspeção realizada, a verificação de irregularidade que o auditor não comunique tempestivamente ao Tribunal torna-o responsável solidário.
- (D) O secretário de Estado supervisor de área, ou autoridade a quem ele delegar, emitirá pronunciamento a respeito das contas auditadas, atestando estar ciente das conclusões do parecer do controle interno.
- (E) A emissão do certificado de auditoria e do parecer é de responsabilidade exclusiva de cada auditor.

QUESTÃO 48

Com base no estatuto e no regimento interno do Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno (CONACI), assinale a alternativa correta.

- (A) O CONACI, em relação à auditoria, recomenda que, na elaboração de seus planos, se distancie tanto quanto possível dos programas priorizados pela gestão.
- (B) Para o CONACI, a criação do conselho de dirigentes do controle interno, no âmbito de cada ente, teria, como uma de suas funções, propor soluções para matérias controversas.
- (C) O CONACI congrega os órgãos de controle interno de todos os entes da Federação interessados, com vistas à uniformização das normas de controle interno.
- (D) O CONACI é uma associação de direito público voltada para a implementação das recomendações da Controladoria-Geral da União (CGU) em âmbito nacional.
- (E) Como referência para a gestão do sistema de controle interno, o CONACI adota, entre outros, o conceito de economicidade, relacionado à melhor combinação possível dos recursos disponíveis.

QUESTÃO 49

As finanças públicas de todos os países estão orientadas para a gestão das operações relacionadas com a receita, a despesa, o orçamento e o crédito público. Com relação a esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) De acordo com o conceito de neutralidade da tributação, os indivíduos de nível de renda mais altos devem ser tributados com alíquotas mais altas.
- (B) O nível de intervenção do governo na economia tornou-se cada vez maior no passado recente.
- (C) O federalismo fiscal deve restringir-se à tarefa de definir a estrutura ótima do setor público, em termos de atribuição de responsabilidades a subconjuntos geográficos.
- (D) O financiamento das ações governamentais por meio do endividamento público é irrelevante do ponto de vista federativo.
- (E) A variável decisiva para a definição da base tributária deve ser a distribuição interpessoal de renda.

QUESTÃO 50

Considere que determinado chefe do Poder Executivo esteja no primeiro ano de exercício de seu mandato. Nesse caso, acerca do processo de elaboração, aprovação e execução do PPA, da LDO e da LOA, assinale a alternativa correta.

- (A) Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto da LOA, ficarem sem despesas correspondentes somente poderão ser utilizados no exercício financeiro subsequente ao de execução do referido projeto.
- (B) Enquanto não aprovado o PPA, os objetivos e as metas da Administração Pública para as despesas de capital serão estabelecidos pela LDO.
- (C) O projeto do PPA deve ser apresentado até quatro meses antes da apresentação do projeto da LOA.
- (D) O projeto da LDO elaborado no exercício mencionado deve ser compatível com o novo PPA aprovado.
- (E) As emendas ao projeto da LOA podem ser aprovadas, se forem compatíveis com o PPA e a LDO e indicarem os recursos necessários.

QUESTÃO 51

De acordo com a legislação vigente, os créditos suplementares e especiais somente podem ser abertos se forem cumpridas determinadas exigências. A respeito desse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedada a utilização dos saldos financeiros vinculados a fundos especiais como fonte de recursos para a abertura de créditos suplementares e especiais, salvo se os créditos se destinarem a modificar dotações dos respectivos fundos.
- (B) O excesso de arrecadação calculado para efeito de abertura de créditos suplementares e especiais deve restringir-se ao saldo positivo acumulado mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada.
- (C) Para que os referidos créditos sejam abertos, é suficiente que haja prévia autorização legislativa e que os recursos estejam previstos no orçamento.
- (D) A anulação parcial ou total de dotações não pode ser realizada, se resultar na transposição, no remanejamento ou na transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.
- (E) As operações de crédito, independentemente de sua natureza, podem constituir fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais.

QUESTÃO 52

Suponha que, ao final de determinado bimestre, foi constatado que a realização da receita pública não deve comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo de metas fiscais publicado na LDO. Nesse caso,

- (A) o restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira poderá ser efetuado a qualquer tempo.
- (B) os créditos suplementares e especiais abertos depois da limitação de empenho podem ser utilizados como instrumento de recomposição de dotações que tenham sido objeto de limitação.
- (C) caberá a cada Poder apurar o montante necessário para a limitação de empenho que se fará necessária.
- (D) o Poder Executivo deverá encaminhar ao Congresso Nacional relatório circunstanciado, contendo a indicação das dotações que devem ser limitadas no âmbito do Poder Legislativo.
- (E) apenas as dotações destinadas às transferências constitucionais de recursos para outros entes da Federação não estão sujeitas à limitação de empenho.

QUESTÃO 53

Com relação aos aspectos técnicos de administração do orçamento público e do sistema de planejamento no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) Cabe ao órgão central do sistema de planejamento e orçamento fazer a captação das propostas setoriais.
- (B) Depois de consolidadas e formalizadas as propostas orçamentárias setoriais, o projeto da LOA estará pronto para o envio ao Poder Legislativo.
- (C) Os órgãos setoriais e específicos de planejamento e orçamento estão sujeitos ao órgão central do sistema, independentemente de sua vinculação administrativa.
- (D) O acompanhamento e a avaliação dos planos e programas previstos no PPA, na LDO e na LOA será feito pelo sistema de administração financeira.
- (E) Os órgãos setoriais de planejamento e orçamento devem participar da definição dos limites para a proposta setorial.

QUESTÃO 54

Suponha que determinado órgão público tenha assinado contrato para empréstimo de material de consumo e que o contrato tenha previsto a devolução em momento posterior de material do mesmo gênero, em quantidade e qualidade equivalente à do material emprestado. Nos termos da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), assinale a alternativa que apresenta a correta definição do contrato descrito.

- (A) dívida pública mobiliária
- (B) dívida fundada
- (C) alienação de bens de consumo
- (D) aval de título de crédito
- (E) operação de crédito

QUESTÃO 55

Acerca das normas de execução e controle das despesas públicas no Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Os conflitos e as pautas apresentados por categorias de servidores relacionados com despesas de pessoal devem ser julgados pelo órgão central de gestão de pessoal.
- (B) Se não houver adequação financeira e orçamentária para a criação de nova despesa de pessoal, a solicitação será automaticamente cancelada.
- (C) Ao final de cada exercício, os empenhos feitos em créditos de vigência plurianual que não tenham sido liquidados devem ser inscritos em Restos a Pagar.
- (D) Ao portador de notas de empenho canceladas por não ter ocorrido a entrega do material no exercício de emissão será assegurado novo empenho.
- (E) Nos pagamentos de despesas de exercícios anteriores, será observada a ordem crescente de valor, sendo assegurada a preferência aos fornecedores classificados como idosos.

QUESTÃO 56

A teoria econômica pode ser desdobrada em dois ramos principais: a análise microeconômica e a análise macroeconômica. Com relação a esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) A teoria microeconômica pressupõe que o racionalismo está restrito aos produtores e o individualismo está restrito aos consumidores.
- (B) A teoria dos agregados macroeconômicos abrange as questões relacionadas com os limitadores do desenvolvimento e as relações internacionais.
- (C) Os primeiros conceitos teóricos da macroeconomia foram desenvolvidos antes do surgimento da microeconomia.
- (D) Segundo os conceitos microeconômicos básicos, o sistema econômico depende da existência de plena liberdade de ação dos agentes.
- (E) Quanto ao aspecto do emprego, a macroeconomia preocupa-se apenas com o desemprego estrutural, uma vez que o desemprego conjuntural é passageiro.

QUESTÃO 57

Em muitos países, a intervenção direta do setor público na produção de bens e serviços justificou-se pela insuficiência do setor privado em mobilizar os recursos para o desenvolvimento de projetos de grande porte. Considerando essa informação, assinale a alternativa que denomina corretamente a função do Estado que justifica essa intervenção.

- (A) política
- (B) estabilizadora
- (C) alocativa
- (D) orçamentária
- (E) distributiva

QUESTÃO 58

Assinale a alternativa que apresenta uma medida capaz de alterar a base monetária de uma economia. Considere que, em cada alternativa, todas as demais variáveis econômicas não mencionadas permanecem constantes.

- (A) transferência de lucros do Banco Central para o Tesouro Nacional
- (B) compra de dólares de um exportador, feita por banco de investimento
- (C) aumento dos encaixes compulsórios
- (D) redução das operações de crédito de banco comercial
- (E) venda pelo Banco Central de títulos públicos

QUESTÃO 59

Assinale a alternativa que define corretamente o *deficit* público pelo conceito conhecido como "acima da linha".

- (A) Saldo negativo das contas do sistema financeiro de contabilidade pública.
- (B) Resultado da comparação entre receitas e despesas discriminadas em níveis e subníveis.
- (C) Resultado do *deficit* total do setor público subtraído do efeito inflacionário.
- (D) Saldo de despesas sobre as receitas, ambos considerados a preços correntes.
- (E) *Deficit* apurado no orçamento fiscal referente à administração pública direta.

QUESTÃO 60

No estudo do equilíbrio dos mercados monetário e de bens, observa-se a interdependência do grau de resposta do mercado entre as medidas de política fiscal e monetária. Em relação a esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) O impacto da política monetária é inversamente proporcional à inclinação da curva IS.
- (B) Os gastos governamentais são irrelevantes para a determinação da curva IS.
- (C) O nível de juros de equilíbrio do mercado é determinado pela política monetária.
- (D) A demanda por moedas para transações é determinada pelo nível de renda da economia.
- (E) Uma política fiscal expansionista desloca a curva LM para a esquerda.

QUESTÃO 61

Considere o seguinte cenário:

contribuinte	renda pessoal	arrecadação tributária	carga tributária
A	R\$ 1.000,00	R\$ 90,00	9,00%
B	R\$ 2.000,00	R\$ 160,00	8,00%
C	R\$ 3.000,00	R\$ 210,00	7,00%
D	R\$ 4.000,00	R\$ 240,00	6,00%
E	R\$ 5.000,00	R\$ 250,00	5,00%

Com base nas condições descritas pela tabela, assinale a alternativa que apresenta a denominação correta do tipo de tributação aplicada sobre a renda.

- (A) marginal
- (B) proporcional
- (C) progressivo
- (D) equilibrado
- (E) regressivo

QUESTÃO 62

Seguindo a tendência rumo à administração gerencial ou de resultados, o PPA foi concebido no Brasil como um novo instrumento de planejamento, cuja estrutura básica envolve vários atributos de classificação. Considerando essa informação, assinale a alternativa que apresenta a correta finalidade dos macro-objetivos no contexto do PPA.

- (A) Representar uma atividade orçamentária vinculada a um programa.
- (B) Mensurar a eficiência, a eficácia e a efetividade da atuação governamental.
- (C) Estabelecer os princípios a serem observados durante a elaboração dos programas.
- (D) Definir os alvos setoriais a serem atingidos pelo planejamento governamental.
- (E) Representar o produto que deve ser entregue à população no final de vigência do plano.

QUESTÃO 63

Na análise de políticas públicas, é possível agrupar autores e linhas de pesquisa em torno de escolas de pensamento predominante. Acerca desse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) O foco principal da abordagem pluralista é a política pública propriamente dita, independentemente das instituições administrativas que a conduzem.
- (B) A escola funcional procura visualizar o Estado como um ator isolado das influências que ele pode receber dos grupos de pressão internos e externos.
- (C) A escola funcional procura fazer a unificação do estudo dos problemas e da política, preocupando-se também com o progresso do conhecimento.
- (D) A abordagem pluralista da escola de teoria do Estado prevê a ampla distribuição de poder e a interação entre atores organizados em categorias.
- (E) A escola de avaliação de políticas públicas volta-se para as forças políticas que atuam na definição do programa de trabalho do governo.

QUESTÃO 64

Tendo por base o que dispõe a Lei n.º 4.320/1964 acerca da Contabilidade, assinale a alternativa correta.

- (A) As operações de natureza estritamente financeira, não constantes da execução orçamentária, são do mesmo modo controladas e formalmente registradas.
- (B) A antecipação de receita orçamentária, destinada a ajustar o fluxo de caixa, constitui dívida consolidada.
- (C) Ao determinar o controle contábil dos direitos e das obrigações oriundos de ajustes ou contratos em que a Administração Pública for parte, o legislador deu-lhes o mesmo tratamento das operações financeiras e patrimoniais.
- (D) O controle da programação e da execução orçamentária é efetuado extracontabilmente, por não se confundir com a contabilidade patrimonial.
- (E) Os Restos a Pagar são classificados, na dívida flutuante e na dívida fundada, de acordo com os prazos de vencimento.

QUESTÃO 65

Com relação à dívida e ao endividamento, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é correto afirmar que

- (A) a dívida flutuante e a consolidada dos entes da Federação estão sujeitas a limites globais, fixados pelo respectivo Legislativo, em função da receita líquida real.
- (B) o ente devedor ficará imediatamente impedido de receber transferências voluntárias, se o limite da dívida for excedido ao final do exercício.
- (C) a dívida pública contratual é constituída mediante a emissão de títulos pelos entes da Federação e pelo Banco Central.
- (D) a rolagem, ou o refinanciamento da dívida, compreende o valor do principal acrescido da atualização monetária e dos encargos financeiros.
- (E) o reconhecimento dos chamados "esqueletos" equipara-se a uma operação de crédito e está sujeito às mesmas condições que quaisquer despesas novas ou acrescidas.

QUESTÃO 66

A propósito da gestão organizacional da Contabilidade Pública no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) A STN é o órgão incumbido, desde a edição da LRF, da adoção de normas de consolidação das contas públicas.
- (B) A elaboração dos balanços gerais da União é de competência da CGU.
- (C) As atividades da contabilidade federal estão organizadas sob a forma de um sistema de atividades auxiliares do Poder Executivo Federal.
- (D) O órgão central do sistema é o Ministério da Fazenda; os órgãos setoriais são as unidades com funções correlatas no âmbito das empresas não dependentes.
- (E) As unidades dos ministérios que exercem as funções próprias da Contabilidade subordinam-se diretamente à Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

QUESTÃO 67

Considere que, por ocasião do encerramento do exercício, um ente apresente os seguintes saldos (em R\$ 1,00):

Orçamento (inicial) aprovado: 1.000.
Créditos adicionais: 100.
Dotação atualizada: 1.100.
Receita arrecadada: 1.150.
Despesas empenhadas: 1.080.
Despesas liquidadas: 940.
Despesas inscritas em Restos a Pagar não processados: 140.
Despesas pagas: 910.

Com base nos dados e nos conceitos adotados pela STN, assinale a alternativa correta.

- (A) Se todos os compromissos forem cumpridos pelos fornecedores e prestadores de serviços, o ente terá de pagar, no exercício subsequente, 140.
- (B) 160 das despesas liquidadas não foram pagas.
- (C) Houve superávit de 210 na execução orçamentária.
- (D) O ente deixou de executar 20 do que estava autorizado.
- (E) Houve excesso de arrecadação de 50 em relação à previsão inicial.

QUESTÃO 68

O relatório resumido da execução orçamentária, nos termos da LRF,

- (A) demonstra a receita corrente líquida para cuja apuração são deduzidas as transferências constitucionais legais e voluntárias.
- (B) impede o ente inadimplente de receber transferências voluntárias, se não publicado no prazo estabelecido.
- (C) especifica a receita a realizar como sendo a diferença entre a previsão atualizada e a previsão inicial.
- (D) discrimina as despesas até o menor nível de agregação.
- (E) evidencia o cumprimento do dispositivo constitucional que veda a contratação de financiamentos que excedam o total dos investimentos.

QUESTÃO 69

A demonstração das variações patrimoniais permite evidenciar

- (A) que uma decisão favorável à Fazenda Pública é um fato permutativo que resulta em desincorporação de ativo.
- (B) o pagamento de um empréstimo obtido é um fato permutativo de que resulta uma desincorporação de passivo.
- (C) o saldo patrimonial, a ser transferido para o balanço patrimonial.
- (D) que as variações independentes da execução orçamentária não interferem na apuração do resultado.
- (E) que as mutações patrimoniais da receita e da despesa constituem, respectivamente, variações ativas e passivas.

QUESTÃO 70

Com relação ao Relatório de Gestão Fiscal (RGF), é correto afirmar que

- (A) as informações a respeito de despesas de pessoal constarão apenas do relatório do final do exercício.
- (B) o descumprimento do prazo de publicação do relatório sujeita o ente à suspensão do recebimento dos fundos constitucionais.
- (C) é de responsabilidade de todos os dirigentes de Poder ou Órgão, quando a estrutura superior for colegiada.
- (D) os titulares das unidades de orçamento assinam o RGF conjuntamente com os dirigentes dos respectivos Poderes/Órgãos.
- (E) as informações relativas às operações de crédito constarão dos relatórios de todos os Poderes.

QUESTÃO 71

Com relação aos achados de auditoria, assinale a alternativa correta.

- (A) A consistência constitui requisito básico de um achado, de tal modo que possa ser convincente para quem não participa do trabalho.
- (B) O critério de auditoria é o referencial adotado na realização da auditoria, que reflete a experiência pessoal e os juízos de valor de quem executa os trabalhos.
- (C) O achado é considerado negativo quando os testes efetuados não revelam nenhuma irregularidade ou impropriedade.
- (D) O descumprimento de cláusulas contratuais é revelador de irregularidade.
- (E) A prática de ato de gestão antieconômico caracteriza-se como uma impropriedade.

QUESTÃO 72

De acordo com as Normas de Auditoria Governamental inspiradas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), em relação ao escopo do trabalho de auditoria governamental, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência legal do Tribunal de Contas, com relação à auditoria operacional, não inclui a revisão da orientação política dos programas de governo.
- (B) Ao priorizar as auditorias segundo análise de risco, não devem ser levados em conta os critérios da materialidade e da relevância.
- (C) As funções de auditoria interna estão fora do âmbito da auditoria de regularidade realizada pelo Tribunal de Contas.
- (D) A adoção das recomendações da auditoria operacional é meramente indicativa, facultado ao auditado manifestar-se a respeito do assunto.
- (E) Quando realizadas concomitantemente, a auditoria operacional deve ser preparatória à de regularidade.

QUESTÃO 73

Com base nos modelos de referência de controle interno adotados pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) — Comitê das Organizações Patrocinadoras, assinale a alternativa correta.

- (A) A importância da identificação de eventos de risco é o fato de que os riscos, por serem negativos, sempre trazem ameaças e, portanto, possíveis perdas.
- (B) A comunicação é uma das categorias de objetivos comuns às organizações em geral, que tem foco na confiabilidade e na disponibilidade das informações.
- (C) Os controles internos estão essencialmente dirigidos para riscos de origem financeira ou vinculados a resultados escriturais.
- (D) Pelos novos paradigmas, o papel essencial da auditoria interna é o de avaliação da conformidade legal das despesas públicas.
- (E) O desenvolvimento de um conjunto de ações concretas para mitigação dos riscos implica em que a administração não possa cogitar estratégia de sua mera aceitação.

QUESTÃO 74

Tendo como referência as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna do IIA (*Institute of Internal Auditors*), assinale a alternativa correta.

- (A) Os auditores internos podem examinar as operações em relação às quais tenham prestado serviços de consultoria anteriormente.
- (B) O executivo-chefe de auditoria deve aceitar os trabalhos de consultoria em relação aos quais os auditores internos não possuam conhecimentos suficientes.
- (C) A independência requer que o dirigente de auditoria tenha acesso direto e irrestrito à diretoria e ao conselho de administração.
- (D) Do ponto de vista da independência organizacional, deve ser da competência do responsável pela auditoria a aprovação do orçamento do setor.
- (E) Para caracterizar um conflito de interesses não é suficiente mera aparência de impropriedade; dele deve resultar um ato antiético.

QUESTÃO 75

Como exemplo de condição/evento que pode indicar a existência de riscos de distorção relevante, cita(m)-se a(s)

- (A) postergação por prazo indeterminado da aplicação de novas regras contábeis.
- (B) decisões administrativas ou judiciais favoráveis em processos envolvendo concorrentes com pendências similares às da auditada.
- (C) operações que não estejam sujeitas a qualquer tipo de regulamentação específica.
- (D) perda de cliente em mercadorias, caracterizada como de oligopsônio.
- (E) inexistência de transações não usuais ou não habituais.

QUESTÃO 76

Acerca dos papéis de trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) O arquivo corrente contém documentos tais como os organogramas do auditado.
- (B) Um lançamento de reclassificação deveria ser efetuado quando o saldo de contas a pagar incluir saldos devedores de alguns fornecedores.
- (C) Os papéis de trabalho devem ser padronizados para permitirem ao auditor comparar a realização dos trabalhos nas várias empresas auditadas.
- (D) Um memorando de auditoria refere-se a planilhas de cálculo que evidenciam diferenças de saldos.
- (E) Lançamentos de ajuste são correções efetuadas por determinação legal.

QUESTÃO 77

Mediante inspeção, observações, investigações e confirmações, deve ser obtido material de evidência suficiente e competente para formar base razoável para emissão de opinião acerca das demonstrações contábeis que estão sendo auditadas. Considerando essa informação, assinale a alternativa correta.

- (A) Quanto à fonte da evidência, a informação obtida indiretamente é mais convincente que a obtida via conhecimento pessoal direto do auditor.
- (B) Em relação à tempestividade como critério de confiabilidade, é indiferente a realização de contagens físicas na data do balanço ou em qualquer outra ocasião.
- (C) Enquanto suficiência está relacionada ao volume adequado de materiais de relevância, competência está associada à sua confiabilidade.
- (D) Fatores econômicos não devem interferir na determinação do auditor de despendar o tempo e os demais recursos necessários à formação de uma base de opinião sólida.
- (E) No tocante ao tamanho e às características da população, não é recomendável a utilização de amostragem a partir de certos limites.

QUESTÃO 78

Ao efetuar a circularização, o auditor deve levar em conta que

- (A) as cartas são assinadas pelos auditores, mas enviadas pela empresa auditada.
- (B) estará adotando o critério de relevância se selecionar para remessa os clientes com maior número de transações.
- (C) só deve optar por ela se julgar que as informações obtidas internamente não são confiáveis.
- (D) os valores das contas do auditado não devem ser informados, para não comprometerem a informação de terceiros.
- (E) as respostas devem ser enviadas ao escritório dos auditores.

QUESTÃO 79

No que diz respeito à comunicação dos resultados, assinale a alternativa correta.

- (A) Nas auditorias operacionais, o encaminhamento do relatório preliminar aos gestores é sempre obrigatório, independentemente dos riscos que isso possa representar para os objetivos da auditoria.
- (B) Se normas de auditoria do TCU não puderem ser atendidas, por restrições de acesso a bancos de dados oficiais, o fato deve ser mencionado no relatório, com os possíveis efeitos quanto às conclusões.
- (C) A menção aos achados de auditoria devem constar apenas de comunicações internas, reservadas.
- (D) A convicção é um dos requisitos de qualidade dos relatórios, o que pressupõe que a equipe de auditoria não utilize expressões categóricas, precavendo-se com a indicação da existência de indícios, sempre que houver margem de erro.
- (E) Para efeito de concisão, o relatório deverá conter todas as referências possíveis à legislação e à jurisprudência que embasam os comentários e as opiniões do auditor.

QUESTÃO 80

Os relatórios de gestão

- (A) serão agregados quando envolverem mais de uma unidade jurisdicionada e for conveniente ao Tribunal avaliar a gestão em conjunto.
- (B) serão consolidados quando for considerado conveniente avaliar a gestão por meio de confronto entre as respectivas peças.
- (C) devem ser específicos, para cada gestor, quando houver substituição durante o exercício.
- (D) devem ficar disponíveis no portal do Tribunal, não sendo exigida sua publicação em órgão da imprensa oficial.
- (E) só podem ser objeto da auditoria de gestão pelo órgão de controle interno quando as respectivas unidades jurisdicionadas tiverem sido definidas em ato normativo anual do Tribunal.

PROVA DISCURSIVA

- Esta prova valerá, no máximo, 10 (dez) pontos. Você deverá produzir, a partir do tema proposto, um texto, com extensão máxima de 30 (trinta) linhas, primando pela clareza, precisão, consistência, concisão e aderência às normas do registro formal da língua portuguesa. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**, fabricada com material transparente.
- A **folha de texto definitivo** não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação do texto. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação do texto.
- O **uso de título**, assim como o uso do tema como título, será considerado como identificação do candidato; acarretando, assim, a **anulação** do texto.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

Além de ser condição necessária para que os cidadãos possam exercer efetivamente o controle social, a promoção da transparência pública pode evitar atos indevidos e arbitrários por parte dos governantes e dos administradores públicos.

Internet: <www.cgu.gov.br>.

A Instrução Normativa n.º 16/1991, do Departamento de Tesouro Nacional, conceitua controle interno como “o conjunto de atividades, planos, métodos e procedimentos interligados utilizado com vistas a assegurar que o objetivo dos órgãos e das entidades da Administração Pública sejam alcançados, de forma confiável e concreta, evidenciando eventuais desvios ao longo da gestão, até a consecução dos objetivos fixados pelo Poder Público.”

Internet: <www.unb.br> (com adaptações).

Considerando que os fragmentos de texto acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema.

**O CONTROLE INTERNO EM TEMPOS DE GARANTIA DO ACESSO À INFORMAÇÃO
COMO MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL**

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

RASCUNHO

PROVA APLICADA



PROVA APLICADA